

Alckmin sanciona, com vetos, lei de mananciais

Governador vetou dois artigos propostos por Tripoli; novo secretário anuncia 'invasão zero'

MAURA CAMPANILI

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) sancionou ontem a lei que permite a regularização dos imóveis na região de mananciais de São Paulo. A exigência para que isso ocorra é que o proprietário compre uma outra área, na mesma sub-bacia, que será destinada à preservação. Conforme havia prometido, o governador vetou dois artigos. Ficou proibido o benefício da compra para empreendimentos novos; ele só vale para quem já está nessas áreas. Alckmin também vetou outro ponto do texto, tirando das mãos do governo a possibilidade de alterar a lei para regularizar e beneficiar clubes, hotéis e empreendimentos semelhantes. Os vetos referem-se a dispositivos que haviam sido retirados do projeto pelo Executivo, a pedido dos ambientalistas, e reinseridos por emendas apresentadas pelo deputado estadual Ricardo Tripoli (PSDB), ex-secretário do Meio Ambiente. Em viagem pelo interior, Tripoli só vai fazer comentários hoje, segundo sua assessoria.

"Não queremos mudanças de mérito na atual Lei de Proteção dos Mananciais. Nosso objetivo é apenas resolver o problema de 1,5 milhão de pessoas que estão lá, respeitando os índices de densidade demográfica previstos na lei", disse Alckmin.

Na cerimônia de assinatura da lei, o secretário do Meio Ambiente, José Goldemberg, anunciou a criação do Plano Invasão Zero, para evitar que ocorram novas ocupações em áreas de mananciais. Com recursos de cerca de R\$ 1 milhão, será criado um escritório da secretaria na região da Represa Billings. "Vamos cadastrar os moradores e ajudá-los a se organizar para conseguir a regularização. Ao mesmo tempo, vai ter uma fiscalização séria", garantiu.

Associações – Segundo Goldemberg, a expectativa é regularizar boa parte dos grandes empreendimentos da região – condomínios, supermercados, facultades – até o fim do ano. "O grande problema é a população mais pobre, que terá de ser organizada em associações de moradores. Pelos nossos cálculos, a regularização deverá custar cerca de R\$ 300,00 por morador."

Para ele, com os vetos, não haverá especulação imobiliária na região, pois "a legislação proíbe a regularização de novas invasões". Não serão regularizadas as ocupações muito próximas à linha d'água, que deverão ser removidas.

A coordenadora da Rede de Águas – formada por representantes do Fórum Nacional de Comitês de Bacia – e integrante do SOS Mata Atlântica, Malu Ribeiro, vê um bom sinal no fato de o governador ter atendido reivindicações dos ambientalistas. "O governo evidenciou o compromisso de resolver o problema já existente na área de proteção aos mananciais e não o de favorecer a especulação imobiliária", acredita. Mais de 4 mil internautas enviaram pedidos ao governador para que vetasse os dois artigos. A campanha foi promovida pela Rede de Águas.

"Pelo menos, foi retirado o problema maior, que era a anistia antecipada para novas ocupações", disse o ambientalista João Paulo Capobianco, do Instituto Socioambiental (ISA). Para ele, essa não é a solução para a maior parte das pessoas que mora nessas áreas, mas o anúncio feito pelo secretário do Meio Ambiente de um programa de apoio aos moradores mais pobres "demonstra preocupação



Jardim Novo Horizonte, que começou há dez anos às margens da Represa Billings: casas ganham segundo andar, às vezes até um terceiro, para abrigar as famílias

Verticalização, tendência também nas áreas ocupadas

Como no restante da cidade, cresce índice de ocupação às margens de represas

EVANILDO DA SILVEIRA

O problema da ocupação de áreas de proteção ambiental não é de hoje. As quatro grandes áreas de mananciais – Alto Tietê, Cantareira, Guarapiranga e Billings –, que juntas ocupam 54% da região metropolitana de São Paulo, começaram a ser ocupadas a partir da década de 70. Hoje, calcula-se que 1,5 milhão de pessoas vivem nessas áreas. Por isso, resta pouco espaço livre, principalmente no entorno das Represas Billings e Guarapiranga.

O que não tem evitado, no entanto, o adensamento populacional. A falta de espaço para construir novas casas não tem sido problema para os moradores. Eles encontraram uma solução: aumentam suas residências para cima, construindo mais um ou dois andares.

A dona de uma loja de material de construção, Aparecida Elizete da Cruz, é um exemplo. Há quatro anos ela mudou com o marido e o filho, então com 1 ano, de Itaquera, na zona leste, para o Jardim Novo Horizonte, às margens da Billings, em São Bernardo do Campo. "Meu marido tinha um terreno aqui e resolveu construir uma casa para sair do aluguel", diz. "Fizemos primeiro o térreo, depois aumentamos um andar. Mudamos para cima e a de baixo alugamos para uma loja de material de construção. Há dois meses, o dono da loja mudou e nós ficamos com ela."

A funcionária de uma fábrica de autopeças, Juliana Alves

de Jesus, moradora do mesmo bairro há sete anos, não tem loja, mas também construiu sua casa aos poucos. "Primeiro erigi um cômodo nos fundos do terreno Depois casei e construí esta casa com dois quartos, sala, cozinha e banheiro. Há cerca de quatro anos acrescentei o andar de cima."

Tanto Aparecida quanto Juliana sabem que moram em área de manancial e não poderiam estar ali. "Mas não tenho opção", diz Juliana. "Se pudesse, eu me mudaria para outro lugar", acrescenta Aparecida.

Informação – A vice-presidente da Associação Comunitária Ouro Verde, que representa os moradores do Jardim Novo Horizonte, lembra outro motivo para as pessoas terem ocupado a região. "Há 10 anos, quando eu e muita gente viemos para

cá, ninguém sabia o que era área de proteção ambiental", justificava.

Apesar do grande número de pessoas morando irregularmente às margens da Billings, o secretário de

Habituação e Meio Ambiente de São Bernardo, Osmar Mendonça, diz que o problema já foi mais grave. "Até 1997, o surgimento de loteamentos irregulares era acelerado", lembra. "De lá para cá, graças ao nosso trabalho de conscientização da população dessas áreas e a uma fiscalização mais rigorosa, o problema diminuiu. Desde 1998 não registramos nenhum novo loteamento irregular."

Ele reconhece, no entanto, o problema da construção de um segundo ou terceiro andares em muitas casas. "Por causa do baixo poder aquisitivo dessa população, é o único jeito que encontra para abrigar a família que cresce com casamentos e novos nascimentos."

CAMPANHA
 REDUZIU
 INVASÃO, DIZ
 SECRETÁRIO

REGIÕES DE PROTEÇÃO

1,5 milhão de pessoas vivem em áreas de mananciais, que ocupam 54% da região metropolitana de São Paulo



PONTOS IMPORTANTES DA NOVA LEI DOS MANANCIAIS

- Permite a regularização dos imóveis já ocupados mediante o mecanismo da compensação: alguém que ocupa um terreno deve comprar outro a ser preservado
- Acaba com a contigüidade, ou seja, a área a ser preservada não precisa ser contígua à ocupada
- Proíbe a regularização de novas invasões, o que deverá acabar com a especulação imobiliária

de que a lei seja aplicada de forma adequada e sob controle".

Na opinião de Capobianco, é preciso que haja forte presença do poder público, para que a população não seja enganada. "Se isso não ocorrer, haverá es-

peculação em áreas disponíveis para preservação e os oportunistas, que já exploram a população, voltarão a enganá-la, vendendo facilidades para regularização dos imóveis."

Agora, o SOS Mata Atlântica

vai redirecionar seus esforços, para pressionar a Assembleia Legislativa a manter o veto. "Vamos pedir que eles mantenham o compromisso", afirmou um dos diretores da ONG, Mário Mantovani.